

Igor Kopytoff, um *elder* singular

WILSON TRAJANO FILHO

Por mais efervescentes que sejam as condições de produção científica na vida acadêmica brasileira, uma coisa é certa: vivemos uma época em que há muita pressão (e muito incentivo, é verdade) para publicarmos os resultados de nossas pesquisas – para o bem ou para o mal. Nesse contexto intelectual, a publicação da tradução de *Ancestors as elders* deve ser motivo para comemoração. Primeiramente, pela excelência do texto, cujo polêmico argumento parece ter sobrevivido bem à crítica e ao tempo. Mas deve ser celebrada também por ser a primeira tradução para o português de um autor verdadeiramente ímpar. Na antropologia dos últimos 60 anos, é difícil encontrar um autor que seja tão influente quanto Kopytoff com um currículo de publicações tão esguio. Nosso “*elder*” publicou uma monografia em 1955, que não deixou maiores impactos. Depois disto, publicou duas coletâneas de artigos, menos de 29 capítulos de livros, 14 artigos e 29 resenhas e comunicações breves (ver seu currículo em <http://www.sas.upenn.edu/~kopytoff/>). Para uma vida acadêmica tão longa, esses números, em si, não são de fazer inveja. Não é nada incomum no meio acadêmico tão competitivo como o de hoje, tão balizado por avaliações inclementes, que jovens pesquisadores com 10 anos ou menos de doutorado tenham currículos muito mais exuberantes quantitativamente do que o do nosso *elder* aqui celebrado.

Mas tamanho não é documento, diz a sabedoria popular. E quantidade não se desdobra obrigatoriamente em prestígio e influência. Nesses termos, Kopytoff é simplesmente exemplar. Deixou suas marcas em quase tudo que

publicou, tornando-se referência obrigatória em cada assunto que trabalhou. Antes de tecer alguns comentários sobre a tradução que se segue, faço uma breve revisão da importância de suas obras para a antropologia da África e para a teoria antropológica em geral porque Kopytoff fez do seu imenso conhecimento etnográfico uma ferramenta para o mais fino pensamento teórico e analítico em antropologia. Penso naquele tipo de teoria que nunca se afasta muito do chão etnográfico; aquele tipo que não se ilude com as esferas perfeitas ao pisar num chão de arcos partidos.

Sua contribuição ao entendimento da escravidão em África, publicada na longa introdução que escreveu com Susanne Miers (Kopytoff & Miers, 1977), propõe uma interpretação balizada por valores culturais prevalentes num ecúmeno pan-africano, como o dos direitos-em-pessoas ancorados na ideologia do pertencimento aos grupos de parentesco ou da dependência moral. Segundo essa perspectiva, a escravidão africana seria um tipo de transação cuja matéria prima são os direitos que grupos corporados como as linhagens detêm sobre os seus membros. Esse tipo de abordagem ilumina com cores inéditas um amplo espectro de relações de subordinação que vão muito além da de escravidão propriamente dita, como a adoção, a dependência e as várias formas de pertencimento. Além disto, sugere que, como transação, a escravidão não é um estado fixo, mas um processo que implica incorporação e mobilidade.

Este modo de olhar para o fenômeno da escravidão africana como processo terá impli-

cações posteriores em sua contribuição sobre a biografia cultural das coisas (Kopytoff, 1986). Nesse texto, que é a peça chave do volume editado por Appadurai, Kopytoff estende o seu olhar processual sobre o fenômeno da escravidão em África para as mercadorias em geral, argumentando que a mercadoria é uma fase na biografia das coisas e não um estado permanente dos objetos. Desde então, sua perspectiva tem sido extremamente influente na análise de tópicos tão diversos como os estudos sobre o patrimônio cultural, museus, cultura popular, entre outros.

Mas foi na longa introdução ao volume sobre a fronteira interna africana que, ao meu ver, Kopytoff (1987) realizou o seu maior feito e deixou consolidada sua grande influência antropologia africanista. Nesse texto ele apresenta um ambicioso modelo interpretativo de natureza histórica e estrutural sobre a formação e reprodução das sociedades africanas. O argumento básico do modelo diz que as unidades políticas e sociais africanas são formadas durante processos de ocupação de fronteiras num contexto marcado pela existência de bastante terra acessível para o povoamento. A cultura política dessas sociedades se caracteriza por obstáculos estruturais que, sob as mais diversas formas de expressão dos conflitos, como a fissão dos grupos de parentesco, as acusações de feitiçaria e as recorrentes disputas durante os processos de sucessão política, fornecem a motivação necessária para a produção de gente das fronteiras – grupos que deixam suas comunidades para se estabelecer nos vácuos institucionais, verdadeiras terras de ninguém, existentes entre unidades políticas consolidadas. Os ocupantes dessas terras de ninguém criam ali uma ordem social que reproduz a de suas comunidades de origem através do uso de suas antigas práticas culturais e formas de organização social.

Esse padrão de formação e reprodução social por meio da ocupação de fronteiras é claramente conservador. Sua aplicação repetitiva ao longo da história dessas sociedades gera um verdadeiro ecúmeno pan-africano cujas características gerais se devem à operação de um conjunto pequeno de temas culturais que se mantêm relativamente inalterados por muito tempo. Dentre outros, tempos o temas estruturantes da relação entre autóctones e recém chegados, a hierarquia entre seniores e juniores a regular a distância social entre as pessoas e a relação entre senioridade e autoridade.

Com isto chegamos ao texto que é objeto da tradução agora publicada. Foi em *Ancestors as elders* que Kopytoff apontou que no ecúmeno pan-africano há uma duradoura e regular associação semântica entre as ideias de idade, geração, crescimento, ancestralidade, senioridade, maturidade e autoridade. Baseado em evidências linguísticas comparativas, ele sugere que as cosmologias africanas postulam um alto grau de continuidade entre a vida e a morte. É por essa razão que os processos antitéticos que referem à morte e ao crescimento em África tendem a ser representados pelo mesmo conjunto de símbolos. Segundo esse artigo, que pode ser considerado um “clássico moderno” da antropologia cultural americana, a certeza ocidental de que os ancestrais devem ser separados dos anciões vivos condicionou o aparato cognitivo com o qual a antropologia tinha até então trabalhado os dados africanos e teorizado sobre eles, impedindo um entendimento mais denso sobre o lugar dos ancestrais na religião africana.

Sua análise é fruto de seu treinamento na antropologia cultural americana. Trata-se de um criativo exercício de semântica cultural, um tipo de abordagem muito em voga entre os antropólogos da Universidade da Pennsylvania

nos anos de 1960 e 1970, onde imperava a fina flor da então chamada antropologia cognitiva, que dialogava de modo muito interessante com a etnografia da fala de Dell Hymes, com a sociolinguística de Labov e com a microssociologia de Goffman.

Com esse pedigree intelectual, o texto sobre os ancestrais africanos encontrou uma forte resistência entre aqueles que praticavam uma ou outra versão da antropologia social, como atestam o trabalho de Calhoun (1980) e a correspondência entre estes e Fortes (cf. Kopytoff, 1981; Calhoun, 1981; e Fortes, 1981). O objeto dessa polêmica já não mais nos parece interessante em seus detalhes e a oposição entre uma abordagem fortemente orientada pela semântica cultural e uma abordagem estrutural foi, em larga medida, dissolvida passados mais de 40 anos da publicação de *Ancestors as elders*. O que ficou de tudo isto e que torna o texto traduzido uma importante contribuição para a antropologia é o fato dele revelar a operação de um modo de estar e perceber o mundo em franco contraste com o aparato cognitivo desenvolvido no Ocidente que cria um abismo intelectual entre vivos e mortos.

autor

Wilson Trajano Filho

Professor do Departamento de Antropologia / UnB

Referências bibliográficas

- CALHOUN, C. J. The Authority of Ancestors: a sociological reconsideration of Fortes's Tallensi in response to Fortes's critics. *Man* (N.S.) 15 (2): 304-319, 1980.
- _____. The Authority of Ancestors (Correspondence). *Man* 16 (1): 137-138, 1981.
- FORTES, M. The Authority of Ancestors (Correspondence). *Man* 16 (2) 300-302, 1981.
- KOPYTOFF, I. Ancestors as Elders in Africa. *Africa* 41 (2): 129-142, 1971.
- _____. The Authority of Ancestors (Correspondence). *Man* 16 (1): 135-137, 1981.
- _____. The Cultural Biography of Things: commoditization as a process. In: A. Appadurai (ed.), *The Social Life of Things: commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- _____. The Internal African Frontier: the making of African political culture. In: I. Kopytoff (ed.), *The African Frontier: the reproduction of African societies*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.
- KOPYTOFF, I. e MIERS, S. Introduction: African 'Slavery' as an institution of marginality. In: S. MIERS & I. KOPYTOFF (eds), *Slavery in Africa: historical and anthropological perspectives*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1977.